JOSÉ DE SOUZA MARTINS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUBÚRBIO

VIDA COTIDIANA E HISTÓRIA NO SUBÚRBIO
DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÃO CAETANO,
DO FIM DO IMPÉRIO AO FIM DA REPÚBLICA VELHA

EDITORA HUCITEC
PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL
São Paulo-São Caetano do Sul, 1992

INTRODUÇÃO
POR UMA COMPREENSÃO DO ESQUECIMENTO E DO SILÊNCIO

DESDE O SÉCULO XVIII, QUANDO SE COMEÇA A EMPREGAR A PALAVRA *subúrbio* para designar os confins da cidade de São Paulo ou a zona rural que lhe era imediatamente próxima, ela já indica uma concepção da unidade da cidade e seu contorno. Foi a categoria de *morador* que definiu o sujeito dessa espacialidade e o núcleo do modo de pensar a cidade e seus arredores. Era o *poder* e seus agentes, os *homens bons*, os limpos de sangue e sem mácula de ofício mecânico, e a hierarquia estamental de seus privilégios que definiam o modo de ver e conceber a cidade e sua gente e nela o lugar de cada um. A cidade o era a partir da idéia de que nela se encontravam os que decidiam e mandavam.

A lenta desagregação das formas estamentais de classificação social, entre nós, levantou a maldição que pesava sobre os chamados ofícios mecânicos. Formalmente, a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício e deu liberdade às atividades econômicas, cerceadas pelas inúmeras barreiras e privilégios da tradição colonial. Ao mesmo tempo, essas mudanças coroaram a cessação das interdições a que os artesãos fossem eleitos para as câmaras municipais e participassem da vida política. Abriram espaço para as transformações econômicas e sociais que alcançariam a cidade no último quarto do século XIX. Foi essa a época em que a cidade de São Paulo multiplicou suas funções e deixou de ser um apêndice do campo. Ao ganhar vida própria, mais além da vida política, o desenvolvimento urbano da cidade significou a ruptura do isolamento relativo dos potentados rurais em suas fazendas, delas fazendo o alicerce do mando pessoal que, pela mediação da cidade, se expressava no poder oligárquico. Foi nessa época que a cidade começou a se libertar das oligarquias e a se constituir em foco de disseminação de relações sociais, econômicas e políticas modernas e civilizadas.

Essas transformações trouxeram para dentro dela uma nova econo-

mia, a da indústria, e uma nova personagem, o operário. O operário, diferente do caipira e do escravo, não era um agente natural da ordem. Ao contrário, trazia consigo o novo germe das mudanças históricas. Em princípio, anunciava uma nova modalidade de relacionamento social, a do contrato, e um novo modo de acumulação da riqueza, o lucro baseado na produção fabril. Não mais o tributo da renda fundiária e o lucro especulativo do comércio. Eram potencialmente novos os fundamentos da vida social. A indústria, porém, acabaria nutrindo-se das formas econômicas do passado. Tanto faria especulação comercial quanto faria da renda fundiária urbana uma fonte de acumulação de capital. Por isso, rapidamente, a indústria se espalhou pelo subúrbio, que desde o século XVIII era o componente rural do urbano, nele integrado por uma economia agrícola e artesanal de ciclo curto e imediatamente dependente do comprador urbano, como a alimentação e os materiais de construção. Essa distribuição territorial da indústria e a mescla de formas econômicas e sociais arcaicas com o novo modo de produzir da fábrica deram à nossa industrialização um caráter historicamente peculiar, diverso do modelo clássico europeu. Nesse sentido, o subúrbio é, certamente, um posto privilegiado para observação e estudo das transformações da cidade e da formação das classes sociais. Privilegiado, mas não único.

É fácil explicar a origem e o desenvolvimento da indústria destacando apenas aquilo que repete o já ocorrido nos países industrializados e que são os elementos da sua universalidade. Nossa literatura especializada é carente de trabalhos que estudem simultaneamente as particularidades da industrialização num país como o nosso, profundamente marcado pela herança da escravidão. Fernando Henrique Cardoso foi dos poucos que se preocuparam com o estudo sociológico da transição do senhor de escravos à condição de empresário e empresário industrial. Sem tais particularidades a industrialização não teria se realizado. É por elas que o processo revela o seu ritmo e a sua forma histórica real e revela também as peculiaridades das classes sociais: a classe empresarial que, em nosso caso, não nasceu em conflito com a classe dos proprietários de terra, como ocorrera no modelo clássico, que é o inglês; e a classe trabalhadora que, em nosso meio, não passou prévia e significativamente pelas tradições das corporações de ofício, como em vários países da Europa. Além de ter uma clara origem rural. Na formação da força-de-trabalho, na gênese de nossa indústria, prevaleceram os artesãos livres e avulsos, combinando às vezes suas habilidades pré-capitalistas com

equipamentos industriais avançados para o seu tempo, mesclando diferentes tempos históricos num mesmo processo de trabalho. Aqui, o emprego dos modelos clássicos na análise, sem mais critério, é precário e insuficiente. Mais deforma do que explica, como facilmente se pode constatar em muitas obras que tratam do assunto, inclusive as mais recentes.

Até aqui a história de São Paulo tem sido escrita do centro para a periferia: a perspectiva elitista do centro domina a concepção que se tem do que foi o subúrbio no passado. Mesmo quando se estuda a história da classe operária, que sempre viveu nos bairros e no subúrbio, prevalece essa orientação fora de contexto. Essa perspectiva vem da tradição colonial e absolutista e mostra, entre nós, que ela não se emancipou da rígida hierarquia que centralizava no rei e seus funcionários não só um modo de viver, mas também um modo de olhar, inclusive um modo de ver a História. A dicotomia colonial da cidade e seu subúrbio separava o *mandar* e o *trabalhar*. O modo de ver do mandar produziu também a história do ocultamento do trabalhar, relegando-o para além dos limites da cidade. Ora, com o início da disseminação do trabalho livre e o início da industrialização, o espaço do mandar foi invadido pelo trabalhar e sua nova hierarquização das relações sociais e das classes e seus conflitos, completamente diferente da que prevalecera no passado.

O que muitos têm feito é lidar com a nova realidade das classes sociais sem se libertar da perspectiva colonial da relação de dominação entre a cidade e o subúrbio. É claro que há exceções no reconhecimento do lugar do subúrbio na história social da cidade. Além da que, de certo modo, é representada pelos geógrafos, quero apontar ao menos uma, que não se pode esquecer: o sociólogo Oswaldo Elias Xidieh, com seu pioneiro e bem feito estudo "Subúrbio", sobre Poá, publicado em 1947 na *Revista do Arquivo Municipal*. No mais, porém, os autores não têm conseguido lidar com a realidade da indústria e da classe trabalhadora no seu lugar, no seu espaço, que é predominantemente o espaço do subúrbio e não só o do bairro e, menos ainda, o do centro culto e politizado. Com isso, promovem a separação entre a classe e o seu espaço, lidando com uma classe sem espacialidade. Isso talvez explique porque nesses estudos não é visível a relação tensa entre a classe trabalhadora e a cidade nem é visível que a afirmação política da classe operária, desde 1946, tem vindo do subúrbio para o centro, a partir das antigas aglomerações operárias do que é hoje o ABC, em busca de um lugar no poder. Por isso mesmo, em muitos estudos, a classe trabalhadora tem

uma existência abstrata e uma relação fantasmagórica com o urbano, resultado de falsas pressuposições.

No passado colonial, a dominação da cidade sobre o seu subúrbio se deu através da dupla moradia dos fazendeiros, no campo e na cidade. Embora o subúrbio fosse o lugar do trabalhar, e na cidade se acumulassem as obras resultantes das possibilidades econômicas nele criadas, e não só nele, mas certamente não na cidade, nada impedia que o *produto do produto* se materializasse também no subúrbio. Naquela época o saber e o sentido da beleza, na arte, conquistas históricas possibilitadas pelo que da riqueza colonial aqui permanecia, estavam melhor distribuídos do que hoje, chegavam ao subúrbio e à zona rural. Não é casual que obras de arte e monumentos do barroco tenham sido construídos até o início do século XIX também no subúrbio. Em 1772-1773, na atual região do ABC, os monges beneditinos mandaram aprimorar, ampliar e edificar as capelas e as residências de suas fazendas de São Caetano e de São Bernardo, cujo acabamento foi feito por um arquiteto de renome, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que tomara parte na construção do Palácio Real das Necessidades, em Lisboa, que projetara o catafalco para as pompas fúnebres do rei D. João V, que fizera o projeto para a Igreja da Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro. E que, depois das duas capelas do subúrbio, fizera os projetos para as catedrais de Montevidéu e de Buenos Aires. E não podemos nos esquecer de outros monumentos da arquitetura colonial em São Miguel Paulista, em São Roque, em Carapicuíba, no Embu, em Nossa Senhora da Escada. O poder colonial não instituiu o monopólio do saber e do sentido da beleza pela cidade. Ao contrário, ele se anunciava através do esplendor barroco não só dos palácios, mas também das igrejas e capelas rurais e, muitas vezes, das casas-grandes. Nas obras de São Caetano e de São Bernardo, aliás, se anunciavam também as novas concepções das Luzes, as novas idéias da revolucionada Europa do século XVIII sobre a saúde e a higiene e a conseqüente conformação dos ambientes e dos espaços, além da nova concepção de tempo industrial incorporada pela fábrica de louças, lajotas e telhas que em São Caetano houve de 1730 a 1862, pelo menos.

As transformações sociais, econômicas e políticas do final do século XIX, que redefiniram a cidade e suas circunvizinhanças, fizeram do subúrbio rural invadido pela cultura metropolitana um subúrbio industrial invasor e portador da incultura das concepções métricas da fábrica e sua lógica linear pobre, opressiva e disciplinadora. Pode ser essa inversão o fator das dificuldades dos pesquisadores para incorporar o novo

modo de ver que vem do subúrbio. Ele, no entanto, oferece uma perspectiva que não pode ser desdenhada na correta recuperação e reconstituição da história social da cidade. Pois, esse modo de ver não é reconhecível à primeira vista, além de parecer pobre, desvinculado, desenraizado, sem sentido. O sentido parece estar unicamente na centralidade do urbano e suas tradições. Como se a indústria não tivesse revolucionado a existência da cidade, invertido seus horizontes, subvertido os conteúdos de suas formas espaciais, arquitetônicas, sociais.

De fato, a redefinição das relações entre a cidade e o seu subúrbio, no último quartel do século XIX, sobretudo com a praticamente simultânea industrialização, produziu uma verdadeira alienação do morador na relação com a sua cidade. No centro, a alienação de um saber sem raiz, de uma cultura sem base de sustentação, de um divórcio profundo entre o concebido e o vivido, para usar a precisa conceituação de Henri Lefebvre. Não é casual que a elite paulistana até os anos vinte, pelo menos, vivesse em São Paulo como se estivesse vivendo em Paris, e até falasse francês na vida em família. A cultura, como a vida, se tornara postiça. A imitação dos estilos da França civilizada era possível numa sociedade sem estilo, porque o perdera e o perdera porque o tivera precariamente, porque o viver e o vivido haviam sido confinados ao mundo fechado das fazendas e, depois, ao mundo relativamente segregado dos bairros e subúrbios da cidade. No fundo, a Colônia se reproduzia em plena República. A Semana de Arte Moderna fez a crítica desse divórcio e dessa alienação, sem no entanto reconhecer na insignificância dos novos agentes do vivido, os trabalhadores da periferia, dos bairros e subúrbios, o fator das novas possibilidades da vida que seus protagonistas, de algum modo, anunciavam no âmbito de suas idéias e das artes.

No subúrbio, o vínculo do trabalhador com a sua cidade também expressou uma alienação particular na relação entre esse trabalhador e o seu produto, inclusive o espaço produzido a partir do seu lugar de trabalho. Foi um outro modo de viver na cidade, no seu subúrbio empobrecido de vínculos com a História, pobreza que é a face urbana e espacial da alienação do morador-trabalhador, também ele diferente do cidadão — um cidadão menor porque para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de um modo insuficiente, incompleto, parcial. Por isso, é necessário pressupor que a história *do* subúrbio é diversa da História *no* subúrbio. A reconstituição daquela se dá por meio dos fragmentos desta, pois no subúrbio a História é fragmentária, incompleta e se manifesta ocasionalmente.

A história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos. Um exemplo clássico é o do lugar histórico do levante da população do subúrbio de St. Antoine, na Paris da Revolução Francesa. Sem esse levante de natureza local e imediata, a Revolução poderia não ter ocorrido, ou teria tomado outra forma, ou, mais provavelmente, teria sido detonada por alguma outra manifestação coletiva, localizada e cotidiana. Os moradores de St. Antoine tinham motivações imediatas, cotidianas e locais no desencadear de sua revolta. Só "a posteriori" é possível reconhecer vínculos entre suas aspirações e os valores universais anunciados pela Revolução. O levante de St. Antoine não foi uma Revolução Francesa em miniatura.

Isso não quer dizer que não haja alguma relação entre a história do subúrbio e a História. No caso de uma localidade que se tornou rapidamente um subúrbio industrial, como São Caetano, há pelo menos três fatos que devem ser levados em conta. De um lado, o de que ali se fez um dos primeiros experimentos de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, com a criação do núcleo colonial em 1877. Os núcleos coloniais, particularmente os dos arredores de São Paulo, foram a primeira iniciativa dos setores esclarecidos da sociedade brasileira no sentido da supressão da escravidão como fundamento da economia do país. O núcleo colonial de São Caetano, em particular, teve uma função estratégica sobretudo na difusão da idéia da superioridade do trabalho livre em relação ao trabalho escravo. Uma outra relação fundamental entre a história do subúrbio e a História foi estabelecida pela industrialização. A indústria paulistana, no século XIX, fluiu mais ou menos depressa ao longo da ferrovia, num extenso trecho, em direção à Serra. Na última década do século, já havia indústrias instaladas em São Caetano e na região da então estação de São Bernardo, hoje Santo André, no meio de uma área agrícola recentemente renovada pela presença do imigrante italiano. Portanto, duas ocorrências diretamente relacionadas com as profundas transformações que a sociedade brasileira começou a sofrer pouco antes do final do Império e que se tornaram marcos de sua história. Finalmente, foi ali e na região que surgiu um dos primeiros núcleos consistentes de trabalhadores abertos para a importância política do poder local: em 1947, mesmo com o seu Partido na ilegalidade, os operários comunistas, através de outra sigla, elegeram o prefeito e a maioria dos vereadores do antigo município de Santo André que, com exceção dos atuais municípios de São Bernardo do Campo e de Diadema, abrangia quase todo o atual ABC, embora tenham sido impedidos de tomar posse.

Na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma *história circunstancial*. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância — quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. A história local não é uma história de protagonistas, mas de coadjuvantes. É nesse sentido, também, que a escala de tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos. Por isso mesmo, os agentes e personagens da história local não podem captar imediatamente o significado histórico de suas ações, de seu trabalho e, até, de suas lutas. Nem imediatamente nem diretamente. A Revolução de Outubro de 1930 não se fez visível em São Caetano como a revolução política que conduzia o Brasil ao mundo moderno. Ela se manifestou como mera crise de gerações, como desencontro entre as concepções de uma pequena elite de comerciantes e lavradores, surgida na última década do século XIX, e um grupo de classe média que se formara e formara suas idéias nos anos vinte. A vida local transcorria como se ali não ocorrese a História, como se o seu espaço estivesse à margem da História. O transcorrer da vida se dava como se fosse diverso do transcorrer da História. Quando a História invade a vida e se torna nítida e transparente, surge o silêncio. Foi assim na Revolução de 1924, com a ocupação da localidade pelas tropas legalistas do Exército e da Marinha, quando se ligou a episódios importantes daquele acontecimento.

A perspectiva que adoto neste trabalho tem como referência o olhar (aturdido) do insignificante em relação à História que se desenrola apesar dele e ao redor dele. Para entender a trama que o envolve, que o captura "momentaneamente" (momentaneamente visível para ele), para entender o sentido do que ocorre, tomo como referência o protagonista e significante, ausente e invisível. O significante ganha corpo na circunstância, como um contraponto ao vazio da história local: a visita do Imperador, que faz uma anotação passageira em seu diário; cenas e paisagens registradas por fotógrafos anônimos; um padre que faz em seu diário anotações esparsas sobre sua missão; um oficial do exército que

assinala em suas memórias a passagem pelo lugar, em meio à guerra civil de 1924; o tribunal que julga um duplo homicídio, levando os moradores a falarem como testemunhas e a inserirem os fatos banais da vida cotidiana na armadura da lei e da instituição judiciária para que tivessem significado. Nessas mediações dos fragmentos o sentido do que não tem sentido.

A população local se defende contra esse vazio de sentido, essa marginalidade histórica. Os esforços de seus historiadores e cronistas são no sentido de dar aos pequenos atos de todos os dias e às biografias esvaídas (e construídas) no trabalho duro de muitas décadas o sentido do épico, do ato monumental dos heróis civilizadores, dos grandes acontecimentos que selam o destino das sociedades. Cada um tenta encontrar no seu pequeno universo os indícios da grandiosidade que deveria estar em toda a parte, em toda história. E que seria, também, para o senso comum, critério para definir o que é História e o que não é. A História aí aparece deformadamente como a história dos "primeiros": o primeiro nascimento, o primeiro enterro, o fundador, o primeiro alfaiate, a primeira parteira, o primeiro artesão a fazer caixões-de-defunto, o dono do primeiro automóvel. No vazio dessas banalidades todas, a condição de "primeiro" ganha a importância de uma qualidade pessoal (e estamental), pré-capitalista, que nada tem a ver com a sociedade em que essas pessoas vivem ou viveram, pois se pauta por outros critérios e concepções. A categoria de "primeiro" transfigura a pobreza da lógica da quantidade e da enumeração, difundida pelo capitalismo e pela indústria, em concepção qualitativa regulada pela lógica pré-capitalista do epônimo, do inaugurador de uma era histórica, de uma inovação social. Mas, no fundo, inaugurador que inaugura o já inaugurado.

São idéias que decorrem de concepções conservadoras a respeito das desigualdades sociais, os "primeiros" e os outros, alguns fazem história outros não. São idéias que vingaram através de um sistema escolar que durante muito tempo foi instrumento de difusão de uma concepção de história que é na verdade veículo ideológico do poder. Uma história para justificar e manter as desigualdades sociais e o mando dos poderosos.

Uma doutrina clássica das ciências sociais diz que as idéias de uma época são as idéias da classe dominante. Em que medida, porém, os dominados podem ter idéias e, sobretudo, *suas idéias?* Ainda com Lefebvre, pergunto: em que medida as idéias dos dominados, no limite, se tornam *irredutíveis* às idéias dominantes? O que significa essa irredutibilidade? Quando os dominados manifestam a necessidade de ter idéias próprias essa é uma necessidade radical. Uma necessidade que não pode ser atendida sem transformações sociais, como mostrou Ágnes Heller. Tomando como referência a região que é objeto deste estudo, o subúrbio, pergunto: essa necessidade tem existido? Onde?

Ela, provavelmente, aparece no confronto entre o esquecimento e o silêncio. O tema da memória histórica do ABC, do subúrbio industrial, implica em considerar essas duas estratégias: a de quem domina e a de quem é dominado. Nesse embate, as evidências de uma ação deliberada em favor do esquecimento são muitas. Em primeiro lugar, pela tomada dos escassos monumentos. O barroco tardio da matriz de São Bernardo, construída em 1865, foi substituído pela igreja de estilo vêneto, com o campanário dela destacado. Aí, a dominação implica em dominar as fachadas, indicação de uma mentalidade neobarroca, uma falsificação do barroco. Em lugar de quê? Do barroco tardio e extemporâneo da igreja original. No subúrbio, aparentemente, imita-se tardiamente. O que indica uma lentidão no fluir do tempo histórico, um atraso em relação ao real e contemporâneo. Indicação, também, de que as mediações que põem o homem em face de sua obra não só alienam pelo distanciamento entre o sujeito e o objeto, entre o imediato e o histórico. Mas, ainda, de que esse distanciamento envolve uma temporalidade específica, entre os tempos do fazer e do imitar.

A História só está ao alcance "das mãos" onde se acumulam as possibilidades de sua compreensão, de seu decifrамento e, sobretudo, de sua incorporação imediata à prática — sobretudo no urbano e só precariamente no suburbano. Onde se pode criar, imaginar, produzir saber, onde pode se constituir uma perspectiva que dê conta da amplitude do processo histórico. Esse lugar não é o lugar do fragmento e do fragmentário.

O subúrbio está proposto, entre nós, como o lugar da reprodução e não como lugar da produção; como lugar da repetição e não da criação; como lugar do cotidiano e não da História, conforme distinguiu o mesmo Lefebvre. É lugar para morar e trabalhar. Nesse sentido, é também, o lugar do vivido (mas, do vivido fragmentado) que cimenta a unidade contraditória dessas aparentes dicotomias. A memória é aí memória do fragmento. Lugar do nada é, também, lugar da procura da memória.

Já foi assim entre o final do século XIX e o começo do século XX. A pequena elite do que veio a ser depois a região do ABC aliou-se aos intelectuais conservadores da cidade de São Paulo, em busca da História, no momento da ruptura da história da cidade. Foi a época da caçada

à história e às ruínas de Santo André da Borda do Campo, a desaparecida vila de João Ramalho, cuja localização exata não se conhecia e ainda hoje não se conhece. Foi tentativa de anexar o tempo ao espaço, desconectados pelo desenrolar da própria História e pela perda da memória da relação entre um e outro. Tentativa de anexar a História ao lugar — tentativa de inverter o real sentido da História e tentativa de negá-la.

Atualmente, há na região um verdadeiro movimento em favor da história regional. É também um movimento dos que foram privados de História. É uma busca da História através da memória. É tentativa, agora, de descobrir o sentido de uma História privada de sentido, porque cotidiana e fragmentária — residual.

Também em São Caetano houve a captura do monumento: a velha igreja barroca de 1772 foi demolida em 1900 para dar lugar a uma igreja maior, numa localidade que, na época, era plena de espaços vazios e, até, de terrenos abandonados. O subúrbio é, também, quantidade no lugar da qualidade, o banal no lugar do significativo. Por quê? Porque nele ainda prevalece a renda fundiária e a riqueza imobiliária — e a pobreza que delas decorre. A obra sucumbe diante do peso da renda territorial, hoje em dia sobretudo da renda urbana, já capturada pelo capital, mediação que faz do subúrbio um lugar de especulação e não de criação. Um lugar em que a terra (e seu preço) prevalece sobre o espírito. A História e a Arte esbarram todos os dias nas muralhas de contenção do preço dos imóveis e da especulação imobiliária. As escavações arqueológicas que vem sendo realizadas pelo Museu Paulista ao redor da antiga Matriz Velha de São Caetano, em busca de remanescentes da capela, da casa-grande e da fábrica de louças que ali existiram, no século XVIII, estão bloqueadas e impedidas pelos proprietários de uma fábrica abandonada, que esperam especular com seu imóvel, oferecendo-o a grupos econômicos internacionais.

Tanto em São Bernardo quanto em São Caetano houve um confronto entre a memória e a História. As imagens das respectivas igrejas coloniais foram objeto de estranheza dos novos habitantes, os imigrantes, quando a cidade de São Paulo redefiniu suas funções nas últimas décadas do século passado. Em 1940, o historiador beneditino Dom Clemente Maria da Silva-Nigra encontrou na matriz de São Bernardo, escondidas no sótão, duas imagens barrocas: uma Nossa Senhora de Montesserrate, do escultor beneditino Frei Agostinho da Piedade, e outra de São Bernardo, de outro escultor beneditino, Frei Agostinho de Jesus — as duas do século XVII. Ambas obras-primas da arte colonial, de dois renomados artistas do Brasil Colônia. A última, que por mais de um século estivera na antiga Capela de São Bernardo, fora grosseiramente pintada a óleo e nela escreveram: "São Gonçalo". Mudança de identidade do santo promovida por um povo que perdeu a sua própria identidade.

Em São Caetano, uma imagem barroca do século XVII, supostamente do padroeiro do lugar, e que existira na antiga capela dos monges de São Bento, foi venerada com dúvidas sobre a sua identidade até os anos vinte. Uma publicação de 1927 ironiza que fosse de São Caetano, pois seria na verdade de Santo Alberto. Nem um nem outro. Também aí uma dupla perda de identidade do santo e de identidade com o santo, que coincide com as transformações urbanas de São Paulo e do subúrbio a partir de 1870. Essa imagem, hoje desaparecida, substituída por um "verdadeiro" São Caetano, era muito provavelmente a mesma imagem de São Bento que, no século XVIII, fora colocada num dos dois nichos do frontispício da Capela de São Caetano. No outro nicho, a imagem de Santa Escolástica.

E, hoje, quem quer lembrar? Quem carece de memória histórica — o desenraizado, o migrante, o sem história. Aquele cuja vida foi privada do sentido da duração do tempo, da permanência além da morte. Aquele que vive a falta de História, como carência e privação. Quem? Os velhos e os jovens. Aqueles, porque não têm a quem deixar a memória dos fragmentos, por isso mesmo, sem sentido. Estes, porque não têm o que herdar. Ambos condenados. Um, ao trabalho que, no fim da vida, mostra-se sem sentido (os frutos do trabalho estão fora de suas mãos e de sua vida; estão em outro lugar). A memória que fica não é a da obra: é a dos produtos, diria Lefebvre, das ferramentas, das ruas e trajetos de circulação. O outro, condenado ao vazio da falta de emprego, de lugar, de perspectiva — sobrante e prematuramente excluído.

Na região do ABC, há também o silêncio. Dos que foram perseguidos e privados do direito de participação política. A memória, nesse caso, está impregnada do sentido do perigo e se revela fonte de medo e morte: os operários Constante Castellani, de Santo André, assassinado pela polícia durante a greve de 1919; Francisco Marquez e Manoel Medeiros, presos na grande repressão, que varreu São Caetano, Santo André e Santos, em 1936, contra os militantes da Aliança Nacional Libertadora. Só em São Caetano mais de oitenta presos. Francisco Marquez era sapateiro, morava na rua Augusto de Toledo, perto da rua São Paulo. Foi seqüestrado em sua casa e levado pela polícia no meio da noite de um sábado de Carnaval. Nunca mais foi visto pela família.

Soube-se bem mais tarde que fora deportado pelo governo brasileiro e fuzilado pelas autoridades fascistas do general Franco, no porto de Vigo. Sua esposa e seus filhos ficaram em São Caetano, trabalhando duro para sobreviver. O crime de Marquez foi o de ter em casa alguns livros políticos, folhetos incitando as operárias da Indústria Aliberti à greve e brocha e tinta usados em pichações de muros. Manoel Medeiros era gráfico, morava na rua Maranhão. Foi torturado. Uma pneumonia o matou ainda na prisão. A família o sepultou no cemitério da Penha. Sua viúva vive hoje com uma filha no interior de Minas Gerais. Ninguém quer falar sobre eles. Um cunhado de Francisco Marquez mandou dizer-me que não o procurasse. O medo não faz esquecer, mas silencia.

Silenciadas foram também as mulheres do lugar, reclusas do lar e da vida familiar. A história do ABC é uma história masculina. Que sentido tinha criar filhos, cozinhar, lavar, no subúrbio progressivamente dominado pela idéia da especulação econômica, especialmente a imobiliária, que desvaloriza moralmente o trabalho?

A história do subúrbio é uma história residual. Nela a História irrompe de surpresa, como ruptura que vem de fora, como intervalo na rotina e na seqüência ritmada dos gestos repetitivos de todos os dias, na demorada reprodução do mesmo: mesmas palavras, mesmas idéias, mesmas mercadorias, mesmos movimentos, mesmos trajetos, mesmos horários, mesma indiferença. Porém, como resíduo, é também memória do possível, da alternativa — dominada, sufocada, subestimada.

É preciso repensar a cidade, sua história, suas possibilidades. O olhar que decorre do vivido no subúrbio é instruído pela experiência das rupturas inauguradas pela fábrica, pelos acidentes, pelas tensões e pelos confrontos inevitáveis de todos os dias, ocultados pela repetição tardia de formas, de movimentos, de palavras, de idéias. É um olhar que revela outras dimensões da vida urbana, porque é outro o imaginário de que faz parte. Se a cidade é o lugar da festa, o subúrbio é essencialmente o lugar do sofrimento e da tragédia.

Este livro constitui o segundo volume de uma obra sobre o subúrbio originalmente concebida em três. O primeiro volume tratará do subúrbio rural dos séculos XVII, XVIII e XIX. A pesquisa está em grande parte concluída e o texto está parcialmente escrito. O terceiro volume abordará o período que se inicia com a Revolução de 1930, marcado pela emergência das ideologias políticas e a definição do perfil das

classes sociais. Neste segundo volume, um pouco abusivamente, às vezes ultrapasso o limite de suas datas, fazendo incursões pelo período colonial ou avançando para depois de 1930. O leitor perceberá que assim procedo sempre que o esclarecimento de fatos e ocorrências dependa de seus antecedentes ou de seus desdobramentos.

De certo modo, neste livro polemizo com o tema da memória. Pressuponho que a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando. Mas, ao mesmo tempo, proclamo que a memória é um meio de afirmação dos que foram "excluídos" do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças da máquina, instrumentos da produção. Sujeitos de suas idéias e de suas lembranças. Por meio da memória dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento. E, por aí, no fim, afirmam também o seu desencontro com a História, sua própria História.

Ao escrever este trabalho defrontei-me com alguns problemas de forma e estilo. Este é um texto do que alguns autores chamam de *pequena história* e que classifico como de história circunstancial. Nela, o tempo e o espaço não podem ser separados. Por isso é uma história local. A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola. Por isso, é quase uma história intimista, de vizinhanças e pequenos grupos. É nesse âmbito que a fábrica é real para o operário e o são também as suas relações de classe e os seus conflitos. Essa dimensão da vida social e sua história implica em lidar com o tempo numa escala muito fragmentária, o que impõe ao pesquisador a preocupação com o detalhe e a minúcia. Quanto menor a fração de tempo de uma relação social, mais difícil descrevê-la e explicá-la. Há uma desproporção notória entre a durabilidade do acontecimento e o número de palavras necessárias à sua exposição.

Por isso, adotei o recurso de fazer a pesquisa e recolher nos documentos as evidências históricas, classificar os dados recolhidos, analisá-los sociologicamente, descobrir suas conexões de sentido, mas também sua falta de sentido, tomá-los como evidências de processos sociais e suas contradições e, finalmente, restituí-los a uma forma narrativa que fizesse menos pesada a leitura e a compreensão do texto. Tenho consciência de que nem sempre consegui um bom resultado. Fico, por isso, dependendo da benevolência do leitor.

Conforme o caso, adotei o critério do que se poderia chamar de uma reportagem histórica retrospectiva. Foi o que fiz no capítulo sobre a Revolução de 1924 e, num certo sentido, no capítulo sobre o caso do duplo

homicídio ocorrido em 1928. Neste último, trabalhei com as ambigüidades das testemunhas, usando, também, de certo modo, a técnica do romance policial, à medida em que fui descobrindo que o que era mostrado não era o que havia acontecido. Foi o meio de expor aquilo que uma leitura sociológica do processo judicial não deixa de evidenciar: o homicida, um operário, de fato cometeu um crime brutal contra um casal que tinha relações de amizade com seus patrões e outros diretores de indústria do lugar; mas foi julgado muito mais como operário do que como homicida. No entanto, como operário tinha suas razões, embora essas razões não justificassem o trágico crime que cometera.

Em dois capítulos fui compelido a fazer uma reconstituição histórica de circunstâncias. Nesse caso, o que aparece em destaque é a localidade como cenário, como ocorreu na visita do Imperador em 1878 e na Revolução de 1924. Cenário porque o que estava acontecendo nesses dois casos nada tinha a ver imediatamente com a população do lugar, relegada assim à passividade do expectador não convidado. A documentação histórica fala de acontecimentos que ocorreram na povoação, mas não indica que a população local deles tenha participado como protagonista. Procurei passar para o leitor, ordenadamente, o mesmo que os documentos me mostravam: uma história de silhuetas mudas e imóveis. Os que se moviam e falavam estavam de passagem pelo lugar e nada tinham a ver com ele e sua gente. Ao mesmo tempo em que a Revolução se desenrolava, os operários estariam procurando emprego.

Houve uma única situação em que a população local deixou registros de uma fala demorada: refiro-me às atas das duas sociedades de mútuo socorro que por quase cem anos, uma, e por oitenta e cinco anos, outra, congregaram ou têm congregado a parcela mais antiga da população local. Procurei expor os resultados de minha análise como se, ao fazer a leitura daquelas atas, estivesse ouvindo uma narrativa sobre o modo de ver as coisas de todos os dias nos olhos de velhos moradores que, na imensa maioria, já morreram e há muito tempo. Porém, eu o fiz contextualizando o que está dito e os fatos. Espero por esse meio ter mostrado que esses documentos falam da sociedade local de um modo muito rico, porque falam de seu modo de pensar os pequenos fatos e acontecimentos da vida cotidiana. A leitura indica as mudanças sociais que foram ocorrendo na localidade através das mudanças no modo de ver as coisas que as atas documentam. Os outros capítulos combinam esses critérios.

Basicamente, busquei fazer com que o homem comum, nos seus atos aparentemente sem história, aparecesse como protagonista da História,

ainda que de fato coadjuvante, mesmo que protagonista alienado e equivocado. Ao mesmo tempo evitei que aparecesse como protagonista anônimo. As personagens desta história têm nome. Não procedi desse modo porque pretendesse arbitrariamente forçar o texto para que nele assim figurassem. A razão principal para fazê-lo é que, assim como há uma escala específica de tempo e espaço na história local, é praticamente impossível expô-la como se fosse uma história de anônimos, como seria possível num estudo em que a escala da História fosse outra. Na pequena história, os atos, os agentes, os fatos e os acontecimentos são quase sempre únicos, mesmo que num processo geral de repetição e reprodução social. Ficaria excessivamente falso e de mau gosto tratar a pequena história com critérios da grande História e dos grandes processos. Preferi a naturalidade de tratá-los como são ou foram.

Estou convencido de que a pequena história é mais trabalhosa do que a História, do que os grandes processos históricos. Foi possível escrever este livro porque nele ganham corpo os fragmentos reunidos pacientemente ao longo de mais de trinta e cinco anos de trabalho. Durante esses anos fui reunindo minúsculos indícios colhidos com dificuldade numa documentação que não está classificada, pois só em 1948 é que São Caetano se tornou município e passou a ser uma referência classificatória nos arquivos. Para o período anterior a esse ano é necessário, às vezes, fazer uma busca de meses e até de anos em imensas coleções de papéis para encontrar umas poucas referências e, às vezes, nenhuma. Infelizmente, várias vezes tive o desprazer de ver todo esse imenso trabalho descaradamente utilizado por terceiros, que não se sentem na obrigação ética de citar o que de outros incorporam àquilo que escrevem. Houve até mesmo o caso de um autor que reproduziu diretamente todas as citações de fontes documentais que utilizei num de meus livros, inclusive erros de impressão, como se ele tivesse feito a pesquisa original nos arquivos, ao mesmo tempo omitindo qualquer referência ao livro que utilizara.

Consegui reunir nesse período cerca de três mil páginas de anotações e transcrições, colhidas em diferentes arquivos do Brasil e da Itália. Em função do projeto específico de redação deste livro, estive em diferentes instituições ampliando a minha coleta de dados no período recente.

Evidentemente, esse trabalho teria sido muito maior e muito mais difícil se não tivesse tido o apoio generoso e eficiente de várias pessoas, às quais agradeço aqui imensamente em meu nome, mas também em nome daqueles para quem este livro possa ter algum sentido:

Na Itália, ao padre Mario Francesconi, historiador e diretor do Archivio della Pia Società Missionaria di San Carlo, em Roma, que, antes de seu falecimento, me permitiu em várias ocasiões examinar os documentos sobre o trabalho missionário de sua congregação na região do ABC, ali depositados; em Verona, aos padres estigmatinos, que me acolheram quando lá estive examinando as coleções de suas publicações; a Gabriele e Silvana Colleoni e ao padre Giampiero Moret, que me acompanharam pacientemente na visita à canônica de Cappella Maggiore e no recorrido das igrejas e cemitérios desse lugar e de Sarmede, Rugolo e Montanér, povoações de origem dos imigrantes que vieram para São Caetano em 1877 e mesmo depois; a Mônica Gomes, da Fondazione Internazionale Lelio Basso, que se desdobrou em esforços para que eu obtivesse em tempo curto o protocolo da embaixada brasileira para exame e consulta aos documentos do Archivio Storico Diplomatico del Ministero degli Affari Esteri, em Roma, e aos funcionários desse arquivo pelo apoio.

No Rio de Janeiro, aos funcionários do Arquivo Nacional, particularmente ao sr. Elizeu de Araújo Lima, um guia seguro no emaranhado de maravilhas documentais daquela instituição; aos funcionários da secção de microfilmes da Biblioteca Nacional; no Arquivo Histórico do Exército, ao seu diretor, coronel Luiz Antônio Seize Sartore, e ao segundo-tenente Robson Lopes Papandrea; aos funcionários do Museu Imperial, em Petrópolis, que providenciaram a localização e a transcrição das anotações de D. Pedro II relativas à sua visita a São Caetano.

Em Olinda, no Mosteiro de São Bento, ao Dom Abade e ao Dom Romano, arquivista, pela acolhida e apoio.

Em São Paulo, no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado, ao MM. Juiz Corregedor dos Arquivos, Dr. José Tarcísio Beraldo, ao Dr. Orlando Pires de Araújo, às sras. Maria de Fátima Ormonda e Elizabete Frisanco Rodrigues, aos srs. Antônio Castro Souza e Benedito Chaves, e a todos os funcionários que, com a melhor boa vontade e dedicação, localizaram os processos que solicitei, literalmente perdidos na poeira do tempo; a Dom Martinho Johnson, OSB, arquivista do Mosteiro de São Bento, que foi paciente e atencioso comigo durante os meses em que ali estive lendo velhos e preciosos papéis de sua veneranda Ordem, no silêncio da antiga biblioteca, quebrado apenas pelos sons divinos do órgão nos ensaios do organista; a José Sebastião Witter, que tem sido incansável no atendimento de meus pedidos; aos funcionários do Departamento do Arquivo do Estado, da Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de São Paulo e do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; aos funcionários da Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, fechada para reformas, que a abriram para que eu pudesse consultar o relatório do general Eduardo Sócrates sobre a Revolução de 1924; a Milton Andrade, da Eletropaulo, que facilitou meu acesso à coleção de fotografias históricas e às publicações da empresa; na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, à bibliotecária Eunides Aparecida do Vale, pelo seu empenho na localização da bibliografia sobre a Revolução de 1924, e aos funcionários do Centro de Apoio à Pesquisa em História, especialmente a Alderon Pereira da Costa, pela disponibilidade e pela cuidadosa reprodução de fotografias antigas.

Em Santo André, estou em débito com Wilson Stanziani e Davi Rego Jr., do Museu local; e com Ademir Médici, que tem compartilhado comigo as preciosidades do seu saber sobre a região, sempre que o importuno com minhas indagações.

Em São Caetano do Sul, tenho muitas e antigas dívidas com velhos moradores, mas quero destacar, na elaboração deste livro, a generosidade com que minhas dúvidas, perguntas e solicitações foram acolhidas por Da. Angelina Tommasela Garcia, Antônio J. Marques, Henry Veronesi, Jayme da Costa Patrão, Lauro Garcia, Manoel Claudio Novaes, Narciso Ferrari, Oscar Garbelotto, Oswaldo Falchero, Sônia Franco Xavier e Verino Segundo Ferrari.

A preparação deste livro teria sido protelada para um futuro incerto se não fosse a solicitação de Aleksandar Jovanović, meu colega na Universidade de São Paulo e assessor de comunicação social da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, para que eu o escrevesse. Ele se empenhou para que fossem criadas as condições mínimas necessárias à efetivação do trabalho, graças às quais pude completar a investigação em vários arquivos de São Paulo, Rio de Janeiro e Roma. Agradecer-lhe aqui por esse empenho é certamente muito menos do que lhe devo.